

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2019

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL DE COIMBRÕES

MORADA Rua Domingos de Matos

N. 544 **ANDAR** **LOCALIDADE** Vila Nova de Gaia

FREGUESIA Santa Marinha

CONCELHO Vila Nova de Gaia

COD. POSTAL 4400-120

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Vila Nova de Gaia _____ , _____

Vila Nova de Gaia _____ , _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL COIMBROES
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 500933235
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	9 125,04	18 155,10
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 360,50	1 180,14
		10 485,54	19 335,24
Ativo corrente			
Inventários	6	956,30	463,84
Créditos a receber	11.3	2 423,12	1 897,38
Estado e outros entes públicos	11.9	4 015,22	4 459,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	97,00	376,00
Diferimentos	11.5	65 560,07	41 751,18
Outros ativos correntes	11.4	5 810,78	16 598,70
Caixa e depósitos bancários	11.6	62 056,84	61 206,07
		140 919,33	126 752,55
Total do ativo		151 404,87	146 087,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	20 866,70	20 866,70
Resultados transitados	11.7	50 605,15	46 515,45
		71 471,85	67 382,15
Resultado líquido do período		-12 892,67	4 089,70
Total dos fundos patrimoniais		58 579,18	71 471,85
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	3 803,27	4 206,18
Estado e outros entes públicos	11.9	19 510,11	19 054,14
Diferimentos	11.5	2 623,47	0,00
Outros passivos correntes	11.10	66 888,84	51 355,62
		92 825,69	74 615,94
Total do passivo		92 825,69	74 615,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		151 404,87	146 087,79

A Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	270 319,11	271 445,47
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	311 219,27	303 131,47
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-41 210,02	-45 967,97
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-141 277,46	-142 393,22
Gastos com o pessoal	9	-406 470,60	-374 571,38
Outros rendimentos	11.13/15	6 257,03	4 186,21
Outros gastos	11.14	-1 348,12	-1 595,79
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2 510,79	14 234,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-10 381,88	-10 145,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-12 892,67	4 089,72
Juros e gastos similares suportados	11.15	0,00	-0,02
Resultados antes de impostos		-12 892,67	4 089,70
Resultado líquido do período		-12 892,67	4 089,70

A Direção

Contabilista Certificado



RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CAF 2019/2020	CAF 2018/2019	CAF - Férias Páscoa	CAF - Férias Verão	CAF - Férias Natal	Creche	Pré-escolar	CATL	PERÍODOS	
										2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	15 775,50	22 053,13	3 038,90	21 744,00	1 975,10	55 370,62	82 861,18	67 500,68	270 319,11	271 445,47
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-7 148,24	-11 587,56	-1 267,81	-3 216,59	-1 057,61	-136 413,00	-184 676,56	-102 313,25	-447 680,62	-421 303,30
Resultado Bruto		8 627,26	10 465,57	1 771,09	18 527,41	917,49	-81 042,38	-101 815,38	-34 812,57	-177 361,51	-149 857,83
Outros Rendimentos	8/11.11/11.13/11.15	617,83	4 423,64	390,80	15 195,55	2 186,93	113 704,66	155 968,08	24 988,81	317 476,30	307 317,68
Gastos administrativos	4/5/11.12	-9 242,62	-14 885,73	-2 161,89	-33 624,28	-3 104,42	-29 170,73	-43 812,25	-15 657,42	-151 659,34	-151 774,34
Outros Gastos	11.14	-2,47	-3,48	0,00	-98,68	0,00	-485,00	-659,05	-99,44	-1 348,12	-1 595,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 006,55	9 681,40	-25 580,62	-12 892,67	4 089,72
Gastos de financiamento (líquidos)	11.15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02
Resultado antes de impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 006,55	9 681,40	-25 580,62	-12 892,67	4 089,70
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 006,55	9 681,40	-25 580,62	-12 892,67	4 089,70

CENTRO SOCIAL COIMBROES
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		272 593,60	267 330,65
Pagamentos de apoios		-433,70	-441,23
Pagamentos a fornecedores		-200 454,59	-183 234,31
Pagamentos ao pessoal		-254 024,71	-235 304,81
Caixa gerada pelas operações		-182 319,40	-151 649,70
Outros recebimentos/pagamentos		183 840,13	145 613,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 520,73	-6 035,77
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 396,22	-2 326,59
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1,92	1,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 394,30	-2 324,67
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 478,03	2 193,19
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-753,69	-730,63
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		724,34	1 462,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		850,77	-6 897,88
Caixa e seus equivalentes no início do período		61 206,07	68 103,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		62 056,84	61 206,07

A Direção

Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL COIMBRÕES

Anexo

Demonstrações Financeiras

2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14
11.3	Créditos a receber.....	14
11.4	Outros ativos correntes	15
11.5	Diferimentos	15
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.7	Fundos Patrimoniais.....	15
11.8	Fornecedores	15
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.10	Outros passivos correntes.....	16
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.12	Fornecimentos e serviços externos	16
11.13	Outros rendimentos.....	17
11.14	Outros gastos	17
11.15	Resultados Financeiros	17
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL COIMBRÕES” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” registada na Direção Geral da Segurança Social no Livro nº 8 das Associações sob o nº 84/01 a fls. 179 verso e 180 em 21/06/2001, com sede em Rua Domingos de Matos, 544, Vila Nova de Gaia.

Tem os seguintes objetivos:

- Colaborar na criação e educação das crianças da sua área de influência;
- Desenvolver e elevar o nível cultural da população da respetiva área;
- Coadjuvar os serviços públicos competentes e outras instituições ou entidades, num espírito de interajuda, solidariedade e colaboração.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na seguinte tabela:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Equipamento Básico	44.581,80	1.101,67			45.683,47
Equipamento de Transporte	52.613,96				52.613,96
Equipamento Administrativo	3.177,46				3.177,46
Equipamento Informático	11.164,25	250,15			11.414,40
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.763,57				1.763,57
Ativo Tangível Bruto	113.301,04	1.351,82	0,00	0,00	114.652,86
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	39.674,51	1.786,99			41.461,50
Equipamento de Transporte	42.003,02	7.490,10			49.493,12
Equipamento Administrativo	1.944,85	435,04			2.379,89
Equipamento Informático	9.770,80	658,94			10.429,74
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.752,76	10,81			1.763,57
Depreciações Acumuladas	95.145,94	10.381,88	0,00	0,00	105.527,82
Ativo Tangível Líquido	18.155,10	-9.030,06	0,00	0,00	9.125,04

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	Transferência	31-12-2019
Programas de computador	1.805,65				1.805,65
Ativo Intangível Bruto	1.805,65	0,00	0,00	0,00	1.805,65
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	1.805,65				1.805,65
Depreciações Acumuladas	1.805,65	0,00	0,00	0,00	1.805,65
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	359,96	32.475,09	13.596,76	463,84	27.797,23	13.905,25	956,30
Total	359,96	32.475,09	13.596,76	463,84	27.797,23	13.905,25	956,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				45.967,97			41.210,02

7 Rébito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços	270.319,11	271.445,47
Quotas de utilizadores	268.491,11	270.017,47
Quotas e joias	1.828,00	1.428,00
Outros Rébitos	1,92	1,92
Juros	1,92	1,92
Total	270.321,03	271.447,39

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2019			31-12-2018		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	270.306,51	0,00	0,00	268.577,37
Autarquias – C. M. Vila Nova de Gaia	Não reembolsável	0,00	0,00	22.939,88	0,00	0,00	18.614,15
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	2.478,90	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	295.725,29	0,00	0,00	287.191,52

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram de “11”. Durante o período de 2019 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2017/2020, que se decompõem da seguinte forma:

Assembleia Geral

Presidente – Maria Joaquina Monge Mateus Topete;

1º Secretário – Cristina Maria Macieira Correia Ganchas;

2º Secretário – Teresa Maria Martins Silva Camacho Araújo.

Direção

Presidente – Maria da Conceição Oliveira Osório;

Vice-Presidente – António Joaquim de Almeida Lacerda;

Tesoureiro – Maria Adelaide Oliveira Ferreira Guedes;

Secretário – Marta Raquel Monteiro Ângelo;

Vogal – Rui Jorge Diegues Borges.

Conselho Fiscal

Presidente – Sónia Albertina Jesus Mendes Correia;

Vogal – Luís Pedro da Rocha Araújo;

Vogal – Helga Carvalho Vieira.

Todos os membros dos Órgãos Diretivos estão em regime de voluntariado não recebendo qualquer contrapartida financeira pelas funções desempenhadas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 e em 31/12/2019 foram de “24”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	323.839,85	302.185,19
Indemnizações	918,19	249,90
Encargos sobre as Remunerações	72.084,36	67.204,49
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.209,02	3.374,73
Outros Gastos com o Pessoal	2.309,30	1.557,07
IEFP – Estágios/CEI/CEI+	4.109,88	0,00
Total	406.470,60	374.571,38

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	1.360,50	1.180,14
Total	1.360,50	1.180,14

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Associados	97,00	376,00
Total	97,00	376,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes		
Utentes	2.423,12	1.897,38
Total	2.423,12	1.897,38

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos a Fornecedores	2.239,12	0,00
Entidades do Setor Público Administrativo		
C. M. Vila Nova de Gaia - CAF	0,00	16.598,70
IEFP	3.571,66	0,00
Total	5.810,78	16.598,70

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	811,82	831,56
Rendas antecipadas	20,84	20,73
Obras/Reparações	64.727,41	40.898,89
Total	65.560,07	41.751,18
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	2.623,47	0,00
Total	2.623,47	0,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	6.619,45	4.291,16
Depósitos à ordem	26.330,20	27.809,64
Depósitos a prazo	29.107,19	29.105,27
Total	62.056,84	61.206,07

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	20.866,70	0,00	0,00	20.866,70
Resultados transitados	46.515,45	4.089,70	0,00	50.605,15
Total	67.382,15	4.089,70	0,00	71.471,85

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores	3.803,27	4.206,18
Total	3.803,27	4.206,18

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.015,22	4.459,38
Total	4.015,22	4.459,38
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4.840,00	4.760,00
Segurança Social	14.634,12	14.252,24
Fundo Compensação do Trabalho	35,99	41,90
Total	19.510,11	19.054,14

11.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Utentes com adiantamentos	0,00	2.651,23	0,00	0,00
Pessoal				
Sindicatos	0,00	19,97	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	58.022,40	0,00	51.355,62
Entidades do Setor Público Administrativo – Autarquias	0,00	6.195,24	0,00	0,00
Total	0,00	66.888,84	0,00	51.355,62

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios das Entidades Públicas	287.191,52	287.191,52
Doações e heranças - Donativos	15.939,95	15.939,95
Total	311.219,27	303.131,47

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	0,00	763,95
Serviços especializados	70.352,93	61.231,82
Materiais	2.486,67	3.464,94
Energia e fluidos	10.715,55	13.651,25
Deslocações, estadas e transportes	19.991,16	13.280,03
Serviços diversos	26.667,39	34.187,04
Encargos com utentes	11.063,76	15.814,19
Total	141.277,46	142.393,22

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Outros Rendimentos	6.255,11	4.184,29
Rendimentos Suplementares	5.161,70	3.767,28
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,02	15,00
Outros rendimentos	1.093,39	402,01
Juros e Rendimentos Similares	1,92	1,92
Juros obtidos	1,92	1,92
Total	6.257,03	4.186,21

11.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	389,32	459,06
Outros Gastos	958,80	1.136,73
Total	1.348,12	1.595,79

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
	0,00	0,02
Total	0,00	0,02
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,92	1,92
Total	1,92	1,92
Resultados Financeiros	1,92	1,90

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2019, foi o seguinte:

Creche – 30 utentes;

Pré-escolar – 62 utentes;

CATL – 41 utentes;

CAF – 229 utentes.

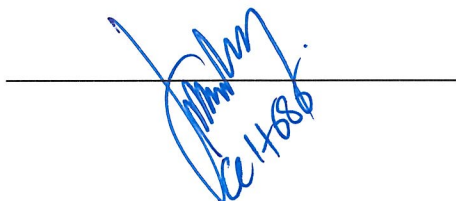
11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vila Nova de Gaia, 31 de Dezembro de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção

